



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: AINDA (E SEMPRE) SOBRE A PRISÃO....	26
1.1. O drama carcerário como a mais grave questão de direitos humanos do Brasil contemporâneo	26
1.2. Estatísticas do sistema penitenciário brasileiro	30
1.3. Perspectiva metodológica: a superação do abismo entre a teoria e a prática	32
1.4. Marcos teóricos.....	35
1.4.1. O processo penal a serviço da contenção do poder punitivo.	37
1.4.2. A superação do enclausuramento normativo interno	41
2. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	43
2.1. Conceito e previsão normativa	43
2.2. Finalidades.....	47
2.3. Definição de suas características.....	58
2.3.1. O que deve ser entendido por “sem demora”?	59
2.3.2. A quem o preso deve ser apresentado?	64
2.4. Insuficiência do regramento jurídico brasileiro: para superar a “fronteira do papel”	73
3. TENTATIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL	76
3.1. Considerações gerais	76

3.2. O projeto de lei do Senado nº. 156/2009 (Novo Código de Processo Penal)	78
3.3. O projeto de lei do Senado nº 554/2011.....	82
3.4. As Propostas de Emendas Constitucionais nº 112/2011 e 89/2015.....	91
3.5. As ações civis públicas ajuizadas pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público Federal	92
3.6. Os Provimentos dos Tribunais a partir de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça.....	93
3.7. A unificação normativa a partir da Resolução nº. 213/2015 do CNJ ...	99

4. PRINCIPAIS DISCUSSÕES SOBRE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....102

4.1. Deve ser garantida na prisão preventiva e na prisão temporária?	102
4.1.1. O juiz natural na audiência de custódia em caso de prisão temporária ou preventiva por cumprimento de mandado.....	106
4.2. Deve ser garantida no âmbito da execução penal?	106
4.3. Deve ser garantida na apreensão de adolescentes suspeitos da prática de ato infracional?	108
4.4. Deve ser garantida no âmbito da Justiça Militar?	113
4.5. Deve ser garantida nos casos de prisão decorrente de situação migratória?.....	114
4.6. Deve ser garantida na prisão para extradição?.....	116
4.7. Deve ser garantida no caso de prisão civil do devedor de alimentos?....	117
4.8. A audiência de custódia e as pessoas presas com foro por prerrogativa de função	119
4.9. A audiência de custódia pode ser realizada por videoconferência?....	121
4.10. A audiência de custódia necessita de prévio requerimento do interessado?	125

4.11. Limite cognitivo e o debate sobre a proibição de atividade probatória na audiência de custódia.....	128
4.12. O conteúdo da audiência de custódia pode ser aproveitado como expediente probatório na eventual ação penal?	134
4.13. O juiz que preside a audiência de custódia fica impedido/suspeito de julgar a eventual ação penal sobre o caso?.....	137
4.14. A audiência de custódia como propulsora de um procedimento abreviado: riscos e possibilidades	139
4.15. Consequência da não realização da audiência de custódia.....	140
5. DINÂMICA PROCEDIMENTAL DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	145
5.1. Considerações gerais	145
5.2. Atos preparatórios da audiência de custódia.....	145
5.2.1. Protocolização do auto de prisão em flagrante ou comunicação ao juízo competente sobre o cumprimento do mandado.....	146
5.2.2. Quem conduz a pessoa presa para a audiência de custódia?147	
5.2.3. Expedientes comunicativos	148
5.2.4. Quem deve e quem não deve participar da audiência de custódia?.....	149
5.2.4.1. Consequência do não comparecimento dos sujeitos processuais no ato	150
5.2.5. O atendimento prévio e reservado da pessoa presa com o advogado por ela constituído ou com defensor público.....	151
5.3. Atos praticados na audiência de custódia	153
5.3.1. Primeiras providências adotadas pelo juiz	154

5.3.2. Concessão da palavra ao Ministério Público e à defesa técnica para perguntas e requerimentos.....	156
5.3.3. Decisão do juiz sobre a prisão.....	157
5.4. Atos praticados após a audiência de custódia	158
5.4.1. Providências relativas à ata da audiência.....	158
5.4.2. Como proceder quando a prisão não for mantida?	160
5.4.3. Acompanhamento das medidas cautelares diversas da prisão....	160
5.4.4. Como proceder quando a pessoa presa declarar ter sido vítima de tortura ou de maus tratos?	161
CONCLUSÃO.....	162
POSFÁCIO	163
ANEXOS	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207